

Universidades Lusíada

Canas, Vitalino José Ferreira Prova, 1959-

O estado das democracias: o que dizem 55 eleições em 37 países e na União Europeia?

<http://hdl.handle.net/11067/7818>

<https://doi.org/10.34628/Y8J4-9D40>

Metadata

Issue Date	2024
Abstract	<p>De acordo com o calendário eleitoral do National Democratic Institute (NDI), em 2024 estavam previstos atos eleitorais em mais de 70 Países. Em alguns casos, como na Guiné-Bissau, as eleições estavam projetadas, mas não se realizaram. Mas nem por isso o ano deixa de ser considerado o ano das eleições. Muitos dos Países mais populosos figuraram da lista. Entre três e quatro milhões de eleitores terão sido convocados às urnas de voto. Do elenco constam eleições presidenciais, legislativas, feder...</p> <p>According to the National Democratic Institute (NDI) electoral calendar, in 2024 elections took place in more than 70 countries. In some cases, such as Guinea-Bissau, elections were planned but did not take place. But that doesn't mean the year stops being considered the year of elections. Many of the most populous countries were on the list. Around four million voters will have been called to the polls. The list includes presidential, legislative, federal, regional, municipal elections and refe...</p>
Publisher	Universidade Lusíada Editora
Keywords	Eleições, Democracia, Extrema direita
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 09 (Janeiro-Junho 2024)

This page was automatically generated in 2025-04-04T09:42:26Z with information provided by the Repository

O estado das democracias: o que dizem 55 eleições em 37 países e na União Europeia?¹

The state of democracies: what do 55 elections in 37 countries and the European Union say?

Vitalino Canas

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Email: vc@vitalinocanas.pt

ORCID: 0000-0003-0349-5793

DOI: <https://doi.org/10.34628/Y8J4-9D40>

Resumo: De acordo com o calendário eleitoral do *National Democratic Institute* (NDI)², em 2024 estavam previstos atos eleitorais em mais de 70 Países. Em alguns casos, como na Guiné-Bissau, as eleições estavam projetadas, mas não se realizaram. Mas nem por isso o ano deixa de ser considerado o ano das eleições. Muitos dos Países mais populosos figuraram da lista. Entre três e quatro milhões de eleitores terão sido convocados às urnas de voto. Do elenco constam eleições presidenciais, legislativas, federais, regionais, municipais, referendos. O impacto na política global foi superior ao de qualquer outro ano de que há memória e registo. Estamos perante um período privilegiado, talvez único, para aferir da validade dos insistentes e profusos anúncios da erosão, colapso, morte ou inverno democráticos.

A seleção das eleições incluídas no universo de estudo obedeceu a cinco critérios: (i) presidenciais e legislativas, (ii) diretas, (iii) geralmente consideradas justas e livres, (iv) ocorridas entre outubro de 2023 e janeiro de 2025 (quando se tratou de segunda volta de eleição cuja 1.^a volta ocorreu em dezembro de 2024), (v) realizadas em Estados com dimensão acima de

um milhão de eleitores. Seleccionámos 55 eleições (quando realizadas em duas voltas, são consideradas apenas como uma eleição), realizadas em 37 Países, mais a União Europeia. Desagregando os Países por regiões, são 7 de África, 7 das Américas, 6 da Ásia e 16 da Europa. Nesta, acresce a União Europeia. Pretende-se extrair algumas conclusões sobre tendências do funcionamento das instituições democráticas e temas que ocupam o centro do debate sobre o estado da democracia: volatilidade, progressão dos populismos (sobretudo de ultradireita), fragmentação, polarização e diminuição das condições de governabilidade, progressão do autocratismo, “constitucionalismo” abusivo, papel da desinformação, das plataformas digitais e das redes sociais. Embora seja um indicador muito relevante, não será especificamente versada a taxa de participação eleitoral.

Palavras-chave: Democracia; Eleição parlamentar; Eleição presidencial; Fragmentação; Volatilidade.

Abstract: According to the National Democratic Institute (NDI) electoral calendar, in 2024 elections took place in more than 70 countries. In some cases, such as Guinea-Bissau, elections were planned but did not take place. But that doesn't mean the year stops being considered the year of elections. Many of the most populous countries were on the list. Around four million voters will have been called to the polls. The list includes presidential, legislative, federal, regional, municipal elections and referendums. The impact on

global politics was greater than any other year. We are facing a privileged, perhaps unique, period to assess the validity of the insistent and profuse announcements of democratic erosion, collapse, death or winter.

The selection of elections included in our universe followed five criteria: (i) presidential and legislative, (ii) direct, (iii) generally considered fair and free, (iv) occurring between October 2023 and January 2025 (when dealt with a second round of elections whose 1st round took place in December 2024), (v) held in States with a size above one million inhabitants. We selected 55 elections (two rounds of a election are considered one election), held in 37 countries, plus the European Union. Breaking down the countries by region, there are 7 from Africa, 7 from the Americas, 6 from Asia and 16 from Europe. The European Union is added to the later group. The aim is to draw some conclusions about trends in the functioning of democratic institutions and themes that occupy the center of the debate on the state of democracy: volatility, progression of populism (especially ultra-right), fragmentation, polarization and reduction in conditions of governability, progression of autocratism, abusive “constitutionalism”, the role of disinformation, digital platforms and social networks. Although it is a very relevant indicator, the voter participation rate will not be specifically addressed.

Keywords: Democracy; Parliamentary election; Presidential election; Fragmentation; Volatility.

1 Este trabalho resulta de sucessivas versões apresentadas no Fórum de Lisboa, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 26 a 28 de junho de 2024, no Observatório Alameda, em julho de 2024 e no Seminário do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 30 janeiro de 2025.

2 <https://www.ndi.org/elections-calendar-all?year=2024>

1. Universo de estudo

2024 era considerado ano perigoso para as democracias liberais, em virtude da realização de eleições decisivas em várias zonas do globo. Quando se consultava o mapa e se viam *pins* de alerta sobre os EUA, a Índia, a União Europeia, a África do Sul, a Coreia do Sul, Taiwan e muitos outros de que falaremos de seguida (alguns, como o Japão, vieram a ser acrescentados, devido a crise política não prevista), não podia deixar de se ficar expectante. O que aconteceu à democracia em 2024 é importante para reavaliar o recorrente tema da erosão democrática, que acampou em muita literatura de grande divulgação³. Embora o foco central seja 2024, incluímos algumas eleições realizadas no último trimestre de 2023, na Polónia, Argentina e Holanda, uma vez que esses atos eleitorais constituíram, de certo modo, a antecâmara que gerou inquietações e incertezas sobre as tendências que poderiam verificar-se em 2024⁴. Entre as

eleições observadas, incluímos as presidenciais iranianas. Apesar da filtragem e condicionamento dos atos eleitorais pelo poder teocrático, considera-se relevante olhar para o sentido popular eleitoralmente manifestado⁵. Assim, consideraremos os seguintes escrutínios:

- (i) Polónia, legislativas, 15 de outubro de 2023;
- (ii) Argentina, legislativas e 1.ª volta das presidenciais, 22 de outubro de 2023; 2.ª volta das presidenciais, 19 de novembro de 2023;
- (iii) Holanda, legislativas, 22 de novembro de 2023;
- (iv) Taiwan, presidenciais e legislativas, 13 de janeiro de 2024;
- (v) Finlândia, presidenciais, 1.ª volta, 28 de janeiro, 2.ª volta, 11 de fevereiro;
- (vi) El Salvador, presidenciais e legislativas, 4 de fevereiro de 2024;
- (vii) Indonésia, presidenciais e legislativas, 14 de fevereiro de 2024;
- (viii) Portugal, legislativas, 9 de março de 2024;
- (ix) Eslováquia, presidenciais, 1.ª volta, 23 de março, 2.ª volta, 6 de abril;
- (x) Senegal, presidenciais, 24 de março de 2024;
- (xi) República da Coreia, legislativas, 10 de abril de 2024;
- (xii) Croácia, legislativas, 17 de abril; presidenciais, 29 de dezembro de 2024, 1.ª volta e 12 de janeiro de 2025, 2.ª volta;
- (xiii) Índia, legislativas, 19 de abril a 1 de junho de 2024;
- (xiv) Macedónia do Norte, presidenciais, 24 de abril de 2024; legislativas, 8 de maio de 2024;
- (xv) Panamá, presidenciais e legislativas, 5 de maio de 2024;

o anterior Primeiro-Ministro se mantinha na coligação de Governo, noutra posição) e a passagem do Partido Socialista à oposição. A Nova Zelândia merece uma nota específica mais abaixo.

- 5 Caso diferente é o da eleição presidencial na Venezuela, realizada em 28 de julho de 2024, onde a vitória de Nicolás Maduro, do *Partido Socialista Unido de Venezuela* (com 51,95%, segundo os resultados oficiais), é veementemente contestada pela plataforma unitária dos partidos da oposição, que apoiou Edmundo González, e por boa parte da comunidade internacional, pelo que as indicações e tendências que dela se podiam retirar não são suficientemente fiáveis para serem consideradas.

- (xvi) União Europeia, Parlamento Europeu, 9 de maio de 2024;
- (xvii) Bélgica, legislativas, 9 de maio de 2024;
- (xviii) Lituânia, presidenciais, 12 de maio; legislativas, 13 e 27 de outubro de 2024;
- (xix) República Dominicana, presidenciais e legislativas, 19 de maio de 2024;
- (xx) África do Sul, legislativas (com pacto na presidência da República), 29 de maio de 2024;
- (xxi) México, presidenciais e legislativas, 2 de junho de 2024;
- (xxii) Irão, presidenciais, 1.ª volta, 28 de junho de 2024, 2.ª volta, 5 de junho de 2024.
- (xxiii) França, legislativas, 1.ª volta, 29-30 de junho de 2024, 2.ª volta, 6-7 de julho de 2024;
- (xxiv) Reino Unido, legislativas, 4 de julho de 2024;
- (xxv) Áustria, legislativas, 29 de setembro de 2024;
- (xxvi) Tunísia, presidenciais, 6 de outubro de 2024;
- (xxvii) Moçambique, presidenciais e legislativas, 9 de outubro de 2024;
- (xxviii) Moldávia, presidenciais, 1.ª volta, 20 de outubro e 2.ª volta, 3 de novembro de 2024;
- (xxix) Bulgária, legislativas, 27 de outubro de 2024;
- (xxx) Uruguai, presidenciais e legislativas, 27 de outubro de 2024; segunda volta das presidenciais, 24 de novembro de 2024;
- (xxxi) Geórgia, legislativas, 27 de outubro de 2024;
- (xxxii) Japão, legislativas, 27 de outubro de 2024;
- (xxxiii) Botswana, legislativas (com implicações na presidência da República), 30 de outubro de 2024;
- (xxxiv) Estados Unidos da América, presidenciais e legislativas, 5 de novembro de 2024;
- (xxxv) Roménia, presidenciais, 24 de novembro; legislativas, 1 de dezembro de 2024;
- (xxxvi) República da Irlanda, legislativas, 29 de novembro de 2024;
- (xxxvii) Namíbia, presidenciais e legislativas, de 27 a 30 de novembro de 2024;

3 Um dos ensaios mais emblemáticos e com maior ressonância é o de Steven Levitsky / Daniel Ziblatt, *How democracies die*, Broadway Books, New York, 2018. Outros títulos: Manuel Castells, *Ruptura. La crisis de la democracia liberal*, Alianza Editorial, Madrid, 2017; Tom Ginsburg / Aziz Huq, *How to Save a Constitutional Democracy*, University of Chicago Press, Chicago, 2018; Mark Graber / Sanford Levinson / Mark Tushnet (org.), *Constitutional Democracy in Crisis?*, Oxford University Press, Oxford, 2018; Yascha Mounk, *Povo vs. Democracia. Saiba porque a nossa liberdade está em perigo e como a podemos salvar*, Lua de Papel, Alfragide, 2019 (trad. da 1.ª ed.); Nadia Urbinati, *Democracy Disfigured*, Harvard University Press, Cambridge, 2014; idem, *Me the People. How Populism Transforms Democracy*, Harvard University Press, 2019 (tradução castelhana, Grano de Sal, Ciudad de México, 2020); Anne Applebaum, *Twilight Of Democracy*, Knopf Doubleday Publishing Group, 2020; Larry M. Bartels, *Democracy Erodes from the Top: Leaders, Citizens, and the Challenge of Populism in Europe*, Princeton University Press, 2023.

4 Outras eleições legislativas relevantes no mesmo período, aqui não consideradas: Luxemburgo, 8 de outubro de 2023; Nova Zelândia, 14 de outubro de 2023; Suíça, 22 de outubro de 2023. Na Suíça manteve-se a tradicional fórmula mágica e proporção entre quatro partidos para os sete lugares do Conselho Federal (governo), nenhuma consequência resultando da subida do partido do Povo da Suíça (*Schweizerische Volkspartei*), de direita populista. No Luxemburgo, os resultados eleitorais não produziram grandes alterações na ordem de grandeza dos Partidos, pelo que não se pode dizer que tenha havido uma alteração significativa do sentido do eleitorado. Não obstante, ocorreu mudança de governo, com alteração do Primeiro-Ministro e do Partido liderante (embora

(xxxviii) Gana, presidenciais e legislativas, 7 de dezembro de 2024.

Começaremos por uma breve análise dos resultados em cada um deles, para, de seguida, extrair tendências gerais.

2. Caso a caso

a. Polónia, legislativas de 15 de outubro de 2023

O Partido Lei e Justiça (*PiS*, direita conservadora), do Primeiro Ministro Mateusz Morawiecki, procurava garantir um terceiro mandato. Ficou em primeiro lugar, com 35,4%, mas o *Partido da Plataforma Cívica*, de centro-direita, que ficou em segundo, com 30,7%, assegurou uma coligação maioritária pós-eleitoral que evitou a investidura parlamentar do terceiro governo de Morawiecki, formando um Governo liderado por Donald Tusk. Num dos mais significativos desenvolvimentos na Europa, o centro direita moderado regressou ao poder depois de oito anos de governos de maioria do *PiS*.

(i) *Argentina, legislativas e 1.ª volta das presidenciais, 22 de outubro de 2023; 2.ª volta das presidenciais, 19 de novembro de 2023*

Javier Milei foi eleito Presidente em 19 de novembro de 2023, na segunda volta da eleição presidencial, com 56% dos votos. A eleição do ultradireitista, com o apoio massivo da direita clássica naquela segunda volta – sinalizado pelo apoio do anterior presidente Mauricio Macri e da candidata derrotada na primeira volta, Bullrich –, que preferiu a ultradireita ao centro esquerda⁶, constituiu uma radical alteração do panorama político.

b. Holanda, legislativas, 22 de novembro de 2023

O Party for Freedom (PVV), Partido de ultra-

6 Javier Milei, obtivera o primeiro lugar nas primárias obrigatórias (PASO) de 13 de agosto de 2023 com quase 32%, percentagem superior aos das alianças governista (liderada pelos justicialistas) e da oposição. Na primeira volta de eleição, em 22 de outubro de 2023, Massa (peronista), que tinha ficado em terceiro nas PASO, passou em primeiro, com 36,7% (9 645 983 votos); Milei obteve 30% (7 884 336) e Bullrich, de direita, ficou em terceiro lugar, com cerca de 24%.

direita liderado por Geert Wilders, foi o mais votado. Foi a primeira vez na história que um Partido com semelhante orientação venceu as eleições legislativas. Porém, conseguiu apenas 36 dos 150 lugares da Câmara baixa do Parlamento, longe dos 76 necessários para uma maioria absoluta.

A coligação verde/esquerda/socialista, liderada por Frans Timmermans, ficou em segundo lugar com 25 lugares. Os liberais do *Partido Popular para a Liberdade e Democracia (VVD)* do anterior Primeiro-Ministro Mark Rutte obtiveram 24. Há vários outros Partidos, incluindo o *Novo Contrato Social*, de orientação democrata cristã (NSC) com 20 lugares.

c. Taiwan, presidenciais e legislativas, 13 de janeiro 2024

Entre 2016 e 2024, período dos dois mandatos da Presidente Tsai Ing-wen, o seu *Partido Democrático (PDP)* beneficiou de maioria absoluta dos lugares no Parlamento.

Nas eleições de 2024, o candidato presidencial do PDP, Lai Ching-te, com cerca de 40%, suplantou os seus rivais, Hou Yu-ih, do *Kuomintang*, com 33,49% e Ko Wen-je, do *Partido Popular de Taiwan (PPT)*, centrista, formado apenas em 2019), com 26,46%, tendo sido eleito. Porém, o PDP elegeu apenas 51 deputados, contra 52 do *Kuomintang* e 8 do *Partido Popular de Taiwan*. Nenhum Partido tem a maioria dos 113 deputados do *Yuan* Legislativo; o Partido com mais lugares é o principal Partido da oposição, o *Kuomintang*. O efeito conjugado do sistema eleitoral e do limiar de 5% continua a evitar a fragmentação das bancadas partidárias no Parlamento.

d. Finlândia, presidenciais, 1.ª volta, 28 de janeiro, 2.ª volta, 11 de fevereiro

Sauli Niinistö (oriundo do *Partido da Coligação Nacional*), ocupou a presidência finlandesa entre 2012 e 2024, tendo obtido 62,7% em 2012 e 90% em 2018. Também na Finlândia, a ideia de alterar a Constituição para permitir recandidaturas presidenciais além dos limites previstos passa pela cabeça de muitos. Um movimento de cidadãos procurou promover a habilitação constitucional a uma candidatura do presidente incumbente a um terceiro mandato (de seis anos). Ele recusou dar alento ao movimento e a primeira volta das presiden-

ciais realizou-se em 28 de janeiro de 2024. Não tendo nenhum dos nove candidatos obtido a maioria absoluta necessária para a eleição à primeira volta, a segunda colocou frente a frente Alexander Stubb, também do *Partido da Coligação Nacional*, de centro direita, fundado em 1918, um dos três principais Partidos finlandeses e principal Partido do atual Governo de coligação, liderado pelo Primeiro-Ministro Petteri Orpo, e Pekka Haavisto, independente patrocinado pela *Liga Verde*, de centro esquerda. O primeiro ganhou, com uma diferença de cerca de 100 000 votos, pouco mais de 3%, a mais estreita da história das eleições presidenciais.

e. El Salvador, presidenciais e legislativas, 4 de fevereiro de 2024

Nayib Bukele foi eleito para um mandato de 5 anos em 2019 e, apesar de a Constituição vedar a reeleição, recandidatou-se e foi reeleito em fevereiro de 2024⁷, alicerçado numa decisão de setembro de 2021 da secção constitucional do Supremo Tribunal, a mesma que em 2014 tinha decidido que os presidentes eleitos têm de esperar 10 anos antes de poderem candidatar-se de novo. El Salvador fornece hoje exemplos do que alguns designam de “constitucionalismo” abusivo⁸.

f. Indonésia, presidenciais e legislativas, 14 de fevereiro de 2024

O Presidente Joko Widodo, completava o seu segundo mandato em outubro de 2024. Apesar de os seus apoiantes terem procurado promover uma alteração constitucional para

7 Em 2019 e 2024, Bukele preencheu o vazio deixado pelos Partidos tradicionais, ARENA e FMLN (*Frente de Libertação Farabundo Martí*). Em 2024, os candidatos presidenciais destes partidos ficaram abaixo dos 10%.

8 Até 2020, Bukele não tinha maioria no Parlamento, enfrentando a resistência, por exemplo, às medidas legislativas e à atribuição de poderes de emergência para fazer face aos gravíssimos problemas de segurança. Nesse ano, aliás, o Presidente entrou no Parlamento com soldados para exercer pressão sobre a oposição. Quando o seu Partido obteve a maioria, em 2021, uma das medidas que o Congresso com nova composição aprovou foi a depuração do Tribunal Constitucional, com a substituição de juízes por outros leais ao Presidente. A nova composição do Tribunal encontrou argumentos para legitimar a candidatura a um segundo mandato de cinco anos.

permitir a reeleição para o terceiro mandato, isso foi obstaculizado pelas elites do País. Nas eleições de 14 de fevereiro de 2024, Prabowo Subianto, candidato do *Partido Gerindra*, de direita populista, ex-militar, superiorizou-se aos dois outros candidatos, designadamente ao do Partido do Presidente incumbente, *Partido Indonésio Democrático da Luta (Partai Demokrasi Indonesia – Perjuangan, PDI-P)*, de centro-esquerda (tanto quanto as divisões desta natureza podem ser aplicadas), fundado e liderado por Megawati Sukarnoputri. Prabowo Subianto foi eleito à primeira volta, com mais de 58% e cerca de 92.214.000 votos, a mais alta votação alguma vez conseguida por um candidato a presidente no País e possivelmente ao nível universal. Em 2019, o então incumbente-candidato Widodo tinha conseguido 85.600.000 votos, derrotando Subianto. Para na eleição para a Assembleia de Representantes, com 580 lugares, o PDI-P continuou a ser o Partido com mais representantes, apesar de ter perdido mandatos. O *Golkar* ficou em segundo, ganhando alguns. Ambos os Partidos, respetivamente com 16,72% e 15,29%, ficaram muito do longe da maioria. Oito partidos conseguiram representação (menos um do que em 2019), todos eles com mais de 40 lugares.

g. Portugal, legislativas, 9 de março de 2024

As eleições legislativas em Portugal implicaram a mudança de Governo, que deixou de ser assegurado pelo *Partido Socialista (PS)*, de centro esquerda, no Governo entre final de 2025 e início de 2024 e passou para a coligação eleitoral *Aliança Democrática (AD)*, formada por PSD, CDS-PP e PPM), de centro direita, não obstante a diferença mínima de percentagem e de mandatos entre AD e PS: 28,84% e 80 Deputados e 28% e 78 Deputados, respetivamente.

Acentuou-se a tendência para a evolução do sistema partidário originário, de 1976, com dois dos Partidos fundadores, CDS-PP e PCP, a quase desaparecerem e o crescimento acentuado ou significativo de Partidos recém fundados (*Chega, Iniciativa Liberal, Livre*). A fragmentação aumentou, sobretudo à custa dos partidos da esquerda parlamentar. No entanto, os dois principais partidos, PS e PSD (parceiro sénior da *Aliança Democrática*), mantiveram uma quota de votos e mandatos

parlamentares acima dos 60%, pelo que se pode dizer que, apesar de tudo, a configuração estrutural do sistema de partidos mantém a sua matriz essencial, confirmada logo de seguida, nas eleições europeias, onde a percentagem dos deputados europeus do PS e do PSD foi além dos 71%.

h. Eslováquia, presidenciais, 1.ª volta, 23 de março, 2.ª volta, 6 de abril

A Presidente incumbente, pertencente a um partido de orientação liberal, não se recandidatou. Na segunda volta triunfou o candidato apoiado pelos Partidos da coligação de governo, *SMEĽ* e *Hlas*, populistas social-democratas (porém, suspensos no *Partido dos Socialistas Europeus*), Peter Pellegrini, derrotando um candidato democrata cristão.

i. Senegal, presidenciais, 24 de março de 2024

As pretensões do Presidente incumbente, Macky Sall, de se candidatar a um terceiro mandato foram sustidas, designadamente pelo Conselho Constitucional, que desempenhou um papel fundamental na imposição da realização de eleições antes da data do fim do mandato de Macky Sall, em abril de 2024. Em março de 2024, foi eleito Bassirou Diomaye Faye, que nomeou Ousmane Sonko como Primeiro-Ministro. Oposicionistas do Presidente, ambos haviam saído da prisão poucos dias antes do escrutínio. O futuro dirá se o formato semipresidencial constitucionalmente previsto se recompõe.

Se El Salvador fornece exemplos do sucesso do “constitucionalismo” abusivo, o Senegal funciona como contraponto.

j. República da Coreia, legislativas, 10 de abril de 2024

Nas eleições de 10 de abril de 2024, para a Assembleia Nacional com 300 membros, o *Partido Democrático* (oposição) obteve 171 lugares; o Partido do Poder do Povo (do Presidente Yoon Suk-yeol), 108. O terceiro Partido mais votado, o novo *Partido da Reconstrução da Coreia (Rebuilding Korea Party)*, centro-esquerda, obteve apenas 12 lugares, mas a sua percentagem eleitoral aproximou-se muito da dos dois tradicionais: 24.25%. Isso pode ser visto como indicador de que o sistema bipar-

tidário está em transição: porém, tendo em conta a história e o sistema eleitoral, pode ser difícil que ocorra realmente.

k. Croácia, legislativas, 17 de abril; presidenciais, 29 de dezembro de 2024 e 12 de janeiro de 2025

Nas eleições legislativas de 17 de abril de 2024, para os 151 membros do Parlamento croata (*Sabor*), o partido do Primeiro-Ministro Andrej Plenković, da *União Democrática da Croácia (Hrvatska demokratska zajednica, HDZ)*, de centro direita clássica, obteve a quarta vitória seguida, não obstante uma ligeira subida da principal oposição, os sociais democratas da coligação *Rivers of Justice (Rijeke pravde)*. Continuando sem maioria absoluta (61 lugares), nova coligação, liderada pelo HDZ, foi formada, desta vez com o Partido de direita radical populista *Movimento Patriótico (Domovinski pokret, ou DP)*. Assim, embora o Primeiro-Ministro continue e o HDZ tenha mantido basicamente a sua força parlamentar, o governo croata passa a ser mais um que integra um partido da direita radical populista (não obstante a circunstância de este não ter reforçado a sua performance eleitoral em 2024, perdendo deputados).

Na primeira volta das eleições presidenciais, em 29 de dezembro de 2024, o Presidente incumbente, Zoran Milanović, social democrata populista, principal rival do primeiro ministro, obteve o primeiro lugar, mas sem votação suficiente para eleição imediata. Em 12 de janeiro de 2025, na segunda volta, conseguiu 74% dos votos.

l. Índia, legislativas, de 19 de abril a 1 de junho

As eleições para os 543 membros do *Lok Sabha*, (Casa do Povo, câmara baixa do Parlamento indiano), realizaram-se em sete fases. O *Bharatiya Janata Party (BJP, nacionalista hindu)*, liderado pelo Primeiro-Ministro Narendra Modi, obteve 240 lugares (36.56% dos votos). Como habitualmente nos últimos anos, o antigamente hegemónico *Indian National Congress* ficou em segundo, com 99 lugares (21,19%). Em terceiro, o *Samajwadi Party (Socialista, com forte implantação em Uttar Pradesh)*, com 37 (4,58%). Em termos absolutos, o BJP perdeu pouco mais de 1% dos votos em relação a 2019, mas isso foi sufi-

ciente para perder a maioria absoluta de 303 lugares que até aí detinha. Em 2014, o *Bharatiya Janata Party* obtivera maioria de 282, com apenas 31, 34% dos votos. Os resultados eleitorais de 2024 e a perda da maioria constituíram surpresa. Quer o BJP, quer os analistas esperavam não apenas a manutenção da maioria como, talvez, o seu reforço, até perto de uma maioria qualificada.

m. Macedónia do Norte, presidenciais, 24 de abril de 2024, legislativas, 8 de maio de 2024

Na primeira volta das eleições presidenciais, nenhum candidato obteve a maioria absoluta necessária para ser eleito. Na segunda volta, realizada em 8 de maio de 2024, o Presidente incumbente, Stevo Pandarovski, social democrata, de centro-esquerda, enfrentou a candidata do centro direita, Gordana Siljanovska. Esta venceu, com 69%, contra os 30% do Presidente recandidato, tornando-se a primeira mulher a aceder ao cargo.

Nas eleições parlamentares de 8 de maio de 2024, os Partidos do Governo, reunidos na coligação liderada pelo *União Social Democrática da Macedónia*, sofreram colapso semelhante, perdendo 28 lugares no Parlamento (com 120 lugares). A coligação de partidos do centro direita, na oposição, liderados pelo *Organização Interna Revolucionária da Macedónia – Partido Democrático para a Unidade Nacional Macedónia*, avançou 14 lugares, ficando a três da maioria absoluta. Este Partido formaria uma coligação de suporte maioritário ao Governo com o Partido da minoria albanesa, de centro direita e um Partido de centro-esquerda.

n. Panamá, presidenciais e legislativas, 5 de maio de 2024

O Presidente incumbente, Laurentino Cortizo, membro do histórico *Partido Revolucionário Democrático* (PRD), de centro esquerda, não pôde candidatar-se para um segundo mandato, de cinco anos, nos termos constitucionais. Nas eleições de 5 de maio, triunfou José Raúl Mulino, do *Realizando Metas*, Partido conservador, fundado apenas em 2021, com 34,23% (a eleição é feita por maioria). O segundo mais votado foi o candidato do *Movimento Outro Caminho*, sem posicionamento preciso na fita esquerda / direita, fundado

em 2019, que se tornou o principal Partido da oposição. O candidato do Partido do ex-Presidente Cortizo não foi além dos 5,88%, o pior resultado de sempre desse Partido, não obstante ser considerado o maior do País. De um modo geral, os Partidos históricos do Panamá (PRD; *Partido Panameñista*, fundado em 1931; *Partido Popular*, fundado em 1956) obtiveram resultados abaixo dos registos históricos.

Assim ocorreu também nas eleições para a Assembleia Nacional, com 71 lugares em disputa. O Partido do Presidente, *Realizando Metas*, obteve o primeiro lugar, embora apenas com 17% e 14 mandatos. Em segundo ficou o PRD, com 13. O panorama é de fragmentação, não apenas devido aos oito Partidos representados, mas também aos 20 independentes, que ocupam 24% dos lugares parlamentares.

o. União Europeia, Parlamento Europeu, 9 de maio de 2024

Registaram-se pequenos ganhos do *Partido Popular Europeu* (direita clássica), ligeira quebra dos Socialistas e Democratas e dos Liberais (estes passaram a quarta força, muito por culpa dos resultados dececionantes do Partido de Macron, em França); progressão da ultradireita conservadora (*European Conservatives*, da Primeira Ministra italiana Giorgia Meloni e outros) e identitária (*Identity and Democracy Party*, integrando a AfD, a *União Nacional* de Le Pen, *A Liga*, de Salvini e outros)⁹. Não é previsível que as linhas fundamentais de política se alterem. PPE, SD e Liberais detêm uma maioria confortável de chefes de governo no Conselho Europeu, assegurando o tradicional acordo político para a designação dos titulares dos *top jobs* (Presidentes da Comissão,

do Conselho Europeu e do Parlamento e Alto Representante para a Política Externa).

p. Bélgica, legislativas, 9 de maio 2024

Na Bélgica, as eleições legislativas levaram 11 partidos ao Parlamento, registando-se maioria (não absoluta) de direita nacionalista, tendencialmente independentista, flamenga e o fortalecimento do *Vlaams Belang* (mais dois deputados). Não sendo possível o reatamento da coligação anterior, formada por partidos de centro direita e de centro esquerda, com maior contribuição de partidos do centro esquerda, Socialista, *Vooruit* (social democrata flamengo), *Ecolo*, *Groen* (que perderam quase metade dos deputados), a grande questão será saber se o *Vlaams Belang* continua ser envolvido pelo cordão sanitário imposto pelos outros Partidos e se a nova coligação implicará efetivamente uma deslocação para a direita.

q. Lituânia, presidenciais, 12 de maio, legislativas, 13 e 27 de outubro de 2024

Nas eleições presidenciais o Presidente incumbente, independente, mas apoiado pelo *Partido Social Democrata da Lituânia*, Gitanas Nausėda, foi eleito para um segundo mandato, à segunda volta (com 75,29%), derrotando a candidata Ingrida Šimonytė, conservadora, de centro direita, Primeira-Ministra (com 24,71%). Na Lituânia funciona um sistema semipresidencial reforçado, com significativos poderes do presidente na vertente externa, mas também na interna.

Nas eleições legislativas - a uma volta no círculo eleitoral proporcional nacional, com 70 eleitos e a duas voltas nos 71 círculos uninominais -, o *Partido Social Democrata* obteve o maior número de mandatos, 52 em 141, derrotando os Partidos da coligação de Governo conservador da Primeira-Ministra, designadamente os cristãos democratas. Os social democratas chegariam a acordo para coligação de suporte maioritário ao Governo liderado por Gintautas Paluckas com um Partido de centro esquerda, mas também com o novo Partido populista, antissemita e nacionalista, designado de *Partido Político Dawn of Nemunas* (sem tradução apropriada), que obteve 20 mandatos.

⁹ Estes grupos sofreram entretanto realinhamentos. Hoje pontificam três grupos: Patriotas pela Europa (*Patriots for Europe*), que constitui o terceiro maior no PE e integra, entre outros mais pequenos, o *FpÖ* (Áustria), o *Vlaams Belang* (Bélgica), a Aliança Cidadãos Descontentes (Chéquia), a União Nacional (França), o *Fidesz* (Hungria), a Liga Norte (Itália), o PVV (Holanda), o Vox (Espanha) e o Chega (Portugal); Reformistas e Conservadores Europeus (*European Conservatives and Reformists*) que integra os Irmãos de Itália, Lei e Justiça (*PiS*, da Polónia), o Partido Cívico Democrático (Chéquia) e outros de menor expressão: os Soberanistas (*Europe of Sovereign Nations*, ESN), integrando a AfD e outros de extrema direita populista.

r. República Dominicana, presidenciais e legislativas, 19 de maio de 2024

Na eleição presidencial, o Presidente incumbente, Luis Abinader, do *Partido Revolucionário Moderno*, centrista, obteve o segundo mandato, de quatro anos, logo na primeira volta da eleição, com 57,44%. Além disso, o Partido presidencial reforçou quase avassaladoramente a sua posição maioritária no Senado e na Câmara dos Deputados, obtendo, respetivamente, 24 (em 32) e 134 (em 190) mandatos, ou seja 75% e 70%.

s. África do Sul, legislativas (seguidas pela eleição do presidente pelo Parlamento), 29 de maio de 2024

Nas eleições de 29 de maio de 2024 para os 400 membros da Assembleia Nacional, o *African National Congress* (ANC) obteve 159 mandatos (menos 71 do que em 2019), faltando-lhe 42 para atingir a maioria de 201 necessária para assegurar a eleição de Cyril Ramaphosa para o segundo (e derradeiro) mandato presidencial e um governo de maioria. O ANC, que sempre governou sem procura de consensos, viu a sua tradicional maioria absoluta (em alguns casos, super absoluta) esvaír-se, designadamente devido à transferência de votos para o *uMkhonto we Sizwe* (MKP, populista de esquerda), o novo partido de Jacob Zuma, que saiu do ANC em dezembro de 2023. A *Democratic Alliance* (DA) manteve a sua habitual posição de segundo maior Partido, com perto de 22% e 87 Deputados.

As eleições mostraram que tendências recentes de outras democracias chegaram ao País: baixa participação eleitoral (58,64%, a mais baixa desde que há eleições democráticas); pulverização partidária, com 21 partidos com representação parlamentar (eram 14 em 2019-2024), facilitada pelo sistema proporcional; nenhum com maioria absoluta; 40 lugares do parlamento distribuídos por 13 partidos, alguns dos quais criados há pouco tempo; surgimento do fenómeno do populismo de direita, com o *ActionSA*, dirigido pelo ex-*mayor* de Johannesburg (então eleito pela Aliança Democrática), Herman Mashaba, admirador de Donald Trump, que obteve 6 lugares; necessidade de coligações para eleição do presidente e sustentação de um governo; risco de ingovernabilidade.

t. México, presidenciais e legislativas, 2 de junho de 2024

Reforçando realinhamentos partidários, iniciados em 2021, aquando das eleições para os 500 lugares da Câmara dos Deputados, nas eleições presidenciais de 2024 o PAN, o PRI e o PRD, formaram a aliança pré-eleitoral *Fuerza y Corazón por México*, sucessora de *Va por Mexico*, para apoiar Xóchitl Gálvez, contra a candidata do *Sigamos Haciendo Historia* (MORENA e aliados), Claudia Sheinbaum. Isto não impediu que esta triunfasse nas eleições presidenciais de 2 de junho de 2024 (quase 60% dos votos, em torno de 36 milhões), deixando a longa distância Xóchitl Gálvez (PRI, PAN, PRD) e tornando-se a primeira presidente feminina em 200 anos de história¹⁰. Na Câmara dos Deputados, em 2024, a aliança *Sigamos Haciendo Historia*, reforçou a maioria da coligação similar que a antecedeu, com 373 deputados, enquanto a *Fuerza y Corazón por México*, conseguiu apenas 102, um mínimo recorde dos resultados somados dos três partidos históricos que a integram. No Senado a desproporção, embora não tão cavada, é também muito favorável ao *Sigamos*.

u. Irão, presidenciais, 1.ª volta, 28 de junho de 2024; 2.ª volta, 5 de junho de 2024

Após a morte do Presidente Ebrahim Raisi num acidente de aviação no Azerbaijão (19 de maio de 2024), tiveram de ser antecipadas as eleições presidenciais. Para isso, os candidatos foram previamente aprovados pelo Conselho de Guardiões (*Shourā-ye Negahbān*, também dito Conselho Constitucional). Este é composto por doze membros: seis proeminentes especialistas em Direito islâmico, nomeados pelo Supremo Líder Ayatollah Ali Khamenei

¹⁰ As eleições de 2024 deram sequência ao ciclo iniciado em 2018 com a vitória de Andrés Manuel López Obrador, do MORENA, o primeiro Presidente do México com uma base programática assumidamente de esquerda (crítica do neoliberalismo). Os mexicanos, porventura saturados por governos divididos, partidos históricos desgastados e décadas de impasse, polarização e conflito e talvez confiantes na consolidação dos novos quadros competitivos e de checks and balances instituídos a partir do final do século XX, escolheram voltar a um sistema presidencial revitalizado, com presidente forte e capaz de governar sem a necessidade de negociações casuísticas ou coligações pós eleitorais para executar os compromissos assumidos perante os eleitores.

e seis juristas civis propostos pelo *Supreme Judicial Council* e nomeados pelo *Majlis* (parlamento). O Conselho dispõe de importantes poderes, designadamente o de apreciação da conformidade com a lei islâmica e da constitucionalidade, bem como de veto, das leis, e o de aprovar ou desqualificar candidatos às eleições.

80 candidatos a candidatos manifestaram a vontade de se apresentar às eleições de 28 de junho de 2024; foram admitidos apenas seis, todos do sexo masculino (como sempre sucedeu até ao momento), cinco classificados como conservadores e um como reformista (ou, segundo alguns, centrista). Com a desistência de dois conservadores, apenas quatro candidatos se submeteram ao voto. Na primeira volta, nenhum obteve 50%, mais um, dos votos, pelo que o alegado reformista de origem azeri-curda Masoud Pezeshkian (42,5%) e o conservador Saeed Jalili (38,6%) foram de novo a votos em 5 de julho.

Nesta segunda volta, com uma participação eleitoral de 49,8% dos 61 milhões de eleitores registados, significativamente acima dos menos de 40% da primeira volta (a mais baixa de sempre em eleições presidenciais), Masoud Pezeshkian foi o mais votado com cerca de 16,3 milhões de votos (53,7%), contra os cerca de 13,5 do seu opositor.

v. França, legislativas, 1.ª volta, 29-30 de junho de 2024; 2.ª volta, 6-7 de julho de 2024

As eleições para os 577 lugares da Assembleia Nacional foram realizadas na sequência da dissolução decretada pelo Presidente Emmanuel Macron, após pesada derrota da sua coligação nas eleições europeias de 9 de junho de 2024. Na primeira volta, a coligação presidencial, *Ensemble*, não conseguiu reverter totalmente as perdas, obtendo 21% dos votos (ainda assim, acima dos 14,6 % das eleições europeias). A *Nouveau Front Populaire* (NFP), formada pelo *Partido Socialista*, verdes, comunistas e pela *France Insoumise*, de Jean-Luc Mélenchon, obteve 28,1 % (melhor que a coligação NUPES, formada antes das eleições de 2022, onde tinha obtido 25,7 %). O partido de centro direita clássica, *Les Républicains*, manteve cerca de 10%, o mesmo que nas últimas, não obstante a clivagem provocada pela aliança de Éric Ciotti com a extrema direita do *Rassemblement National* (União Nacional, RN),

de Marine Le Pen e Jordan Bardella. Esta obteve uma vitória histórica, com 34%.

Na segunda volta, em 7 de julho, apesar das grandes discrepâncias, as desistências mútuas, sobretudo entre a NFP e o *Ensemble*, funcionaram acima das expectativas, levando a que os resultados da RN fossem surpreendentemente abaixo de todas as projeções. A RN, com 143 deputados, ficou atrás do *Ensemble*, com 168 e da vencedora da noite, a NFP, com 182. Os *Republicains*, do centro direita, ficaram distantes, com 45.

w. Reino Unido, legislativas, 4 de julho de 2024

Nas eleições de 4 de julho de 2024 o *Labour*, liderado por Keir Starmer, obteve 412 lugares (33,7% dos votos), os *Conservadores* 121 (23,7%), os *Liberals Democrats* 72 (12,2%). O novo *Reform UK* obteve apenas 5 lugares, apesar dos 14,3% dos votos. Os restantes lugares ficaram repartidos pelo *Scottish National Party*, *Sinn Fein*, *Democratic Unionist Party*, *Plaid Cymru*, Verdes, vários independentes e outros pequenos partidos.

O sistema eleitoral para a eleição dos 650 deputados da Câmara dos Comuns (maioritário) não permite refletir tão nitidamente quanto o sistema proporcional as tendências mais microscópicas. Todavia, as que se detetam noutros Estados – fragmentação partidária, crescimento de partidos populistas de ultradireita, desalinhamento em relação a partidos tradicionais – não deixam de se fazer sentir, embora amortecidas e camufladas pelo sistema eleitoral.

Apesar de só 13 partidos ou alianças tenham obtido mandatos (mais 6 independentes), houve candidaturas de mais de três dezenas. Tirando as percentagens obtidas pelos dois maiores partidos, Trabalhistas e Conservadores (no conjunto, menos de 58%), os demais partidos representados obtiveram percentagem dos votos totais acima dos 40%. A fragmentação partidária é amortecida pelo sistema eleitoral, mas na realidade do voto ela existe e acentuou-se. E embora só tenha obtido cinco mandatos (incluindo o de Nigel Farage que, depois de oito candidaturas, obteve, finalmente, uma lugar na Câmara dos Comuns), o *Reform Uk* foi o terceiro partido mais votado, com uma percentagem acima de 14%, maior do que a dos *Liberals Demo-*

cratas, que se ficaram pelos 12%, embora tenham conseguido 71 lugares.

x. Áustria, legislativas, 29 de setembro de 2024

O *Partido da Liberdade*, ou FPÖ, Partido fundado nos anos de 1950 por sobras de nazis que sobreviveram à II Guerra, atualmente liderado por Herbert Kickl, um notório e assumido simpatizante da ideologia nazi, ganhou as eleições parlamentares (28,9%, 57 lugares, em 183). Suplantou pela primeira vez os dois Partidos da habitual alternância democrática, o *Partido Popular* ou ÖVP (26,3%, 51 lugares) e o *Partido Social Democrata* ou SPÖ (21,1%, 41 lugares, o pior resultado de sempre). Outros Partidos obtiveram lugares, como o *NEOS* (com crescimento) e os *Verdes* (com decréscimo, penalizados pela participação na coligação de governo desde 2019). A fragmentação tem sido, todavia, mantida em números moderados por via do limiar de 4% para o direito a eleger deputados. Se não fosse o limiar, outros Partidos poderiam entrar.

y. Tunísia, presidenciais, 6 de outubro de 2024

A Tunísia ingressou recentemente no grupo de Estados com sistemas de presidentes governantes.

Depois da Revolução de Jasmim, em 2011, a Constituição de 2014 estabeleceu um sistema semipresidencial. Todavia, o sistema não chegou verdadeiramente a impor-se. O sistema partidário atingiu níveis crescentes de fragmentação e de ingovernabilidade. As eleições legislativas de 2019, ocorridas entre a primeira e a segunda volta da eleição presidencial, em que Kaïs Saïed obteve o seu mandato presidencial, colocaram o *Ennahda*, partido ligado à Irmandade Islâmica do Egípto, no habitual primeiro lugar, mas com menos de 20% dos votos e sem condições para formar governo, devido ao antagonismo com os demais 19 partidos com representação parlamentar, a que acresciam alguns independentes.

Sucedeu-se uma sucessão de falhanços de soluções governativas e, em última análise, um grave conflito entre o Presidente e a maioria da Assembleia dos Representantes do Povo (Parlamento). Em setembro de 2021, o Presidente Kaïs Saïed suspendeu o Parlamento e demitiu o Governo.

Em 25 de julho de 2022 foi realizado um referendo que, com participação baixíssima, na ordem dos 30%, aprovou a nova Constituição de 2022. Esta consagra um sistema híbrido de presidente governante.

Em 17 de dezembro realizaram-se eleições para a Assembleia dos Representantes do Povo, com participação de 11% do eleitorado, devido ao boicote dos Partidos da oposição. Em 6 de outubro de 2024 realizaram-se eleições presidenciais, as primeiras depois da nova Constituição. Vários candidatos, designadamente os principais opositores de Kaïs Saïed, foram impedidos pelo órgão de administração eleitoral de se submeter ao voto. A maioria dos Partidos boicotou as eleições. Saïed obteve 90,69% dos votos, com uma participação eleitoral de 28,8%.

A deriva autoritária parece imparável.

z. Moçambique, eleições gerais (presidenciais, legislativas, municipais, governadores), 9 de outubro de 2024

A vitória do candidato presidencial do *Partido Frelimo*, Daniel Chapo, foi veementemente contestada pelos candidatos que ficaram nos lugares imediatos. O candidato votado em segundo lugar, Venâncio Mondlane, convocou manifestações e greve geral em 21 de outubro de 2024, ainda antes de os resultados oficiais estarem publicados. A violência atingiu altos responsáveis ligados a ele e ao Partido Podemos - seu apoiante, até aí um pequeno Partido¹¹ -, que conquistou o segundo lugar nas eleições legislativas, destronando a *Renamo*, tradicionalmente o maior Partido da oposição. Aliás, a grande novidade, sinal de que a volatilidade e a fragmentação (pelo menos no seio dos Partidos da oposição) também chegaram a Moçambique, é justamente a subida exponencial da votação no *Podemos*. Os resultados seriam confirmados pelo Conselho Constitucional em ambiente de grande contestação popular e de forte reação da polícia, com centenas de mortos.

11 A relação entre Mondlane e o Partido Otimista pelo Desenvolvimento de Moçambique (Podemos) é de certo modo atípica: o Podemos não tinha candidato presidencial e Mondlane não tinha Partido, o que facilitou o casamento. Todavia, a narrativa do candidato, manifestamente liberal, parece coadunar-se mal com a tendência socialista democrática do Podemos.

aa. Moldávia, presidenciais, 20 de outubro e 3 de novembro de 2024

Numas eleições presidenciais coincidentes com um referendo sobre a adesão da Moldávia à União Europeia, os campos dividiram-se entre as forças que se declaram próximas da União Europeia e as que têm ligação à Federação Russa. Ambas alegaram que a outra usou meios ilegítimos de condicionamento: o quadrante pró-EU acusou a Rússia de interferência, através de oligarcas próximos de Putin; o quadrante pró-russo acusou os Países da EU de interferência e de uso de abusivo de recursos do Estado na campanha. O referendo sobre a adesão à UE obteve uma resposta positiva, por escassa margem. A Presidente incumbente, Mara Sandu, independente pró-europeia, foi forçada a segunda volta, onde saiu vitoriosa, com 55,35%. Alexandr Stoianoglo, pré-russo, quedou-se pelos 44,65%.

ab. Bulgária, eleições legislativas, 27 de outubro de 2024

Registou-se participação eleitoral muito baixa, sendo a sétima eleição em quatro anos (a última havia ocorrido em junho de 2024). Vitória do Partido pró-europeu de centro direita *Cidadãos pelo Desenvolvimento Europeu da Bulgária*, do antigo Primeiro-Ministro Boyko Borissov, com cerca de 25%. O Partido pró-russo *Vazrazhdane (Revival)*, que as sondagens davam em segundo lugar, teve pior resultado do que o aguardado, com cerca de 13%. Ficaram indicadores de fragmentação (oito Partidos com assentos, com entre 12 e 69 Deputados), polarização e dificuldade em definir coligações de governo.

ac. Uruguai, presidenciais e legislativas, 27 de outubro de 2024; segunda volta das presidenciais, 24 de novembro de 2024

Luís Lacalle Pou, conservador, eleito em 2019 pela *Coligação Multicolor (Colorados/Blancos*, os dois Partidos históricos uruguaios), formada depois da primeira volta, não pôde recandidatar-se imediatamente. Naquele ano, a coligação conservadora pusera termo a 15 anos de Presidentes do *Frente Amplio*, de centro esquerda. Em 2024, na primeira volta da eleição presidencial, o candidato Yamandú Orsi, do *Frente Amplio*, ficou em primeiro

lugar. Os partidos dos dois candidatos derrotados, Alvaro Delgado (*Blancos*) e Andrés Ojeda (*Colorados*) retomaram a coligação que elegeram Pou, agora com a designação de *Coligação Republicana Nacional*, que apoiou Álvaro Delgado na segunda volta. Todavia, nesta, o candidato do *Frente Amplio* triunfou, com diferença residual.

Nas eleições parlamentares, o *Frente Amplio* obteve 48 (em 99) na Câmara dos Representantes e 16 (em 30), no Senado.

ad. Geórgia, eleições legislativas, 27 de outubro de 2024

O *Georgian Dream*, Partido do Governo, foi criado em 2012 pelo oligarca Bidzina Ivanishvili, Primeiro-Ministro entre 2012 e 2013, figura tutelar até hoje. Inicialmente, apresentou-se como Partido de centro-esquerda e euro-atlantista. Tem evoluído para posições mais conservadoras, iliberais e eurocéticas e, segundo alguns, pró-russas. Desde 2012, Ivanishvili e o *Sonho da Geórgia* têm hegemônico o poder, não sem forte contestação. Nas eleições de 2020, a sua vitória foi rejeitada pela oposição unida no *United National Movement*, que alegou fraudes e intimidações eleitorais. Em 2024, ganhou de novo, mas os resultados foram mais uma vez contestados pelos Partidos (não unidos) da oposição e por observadores internacionais, bem como pela União Europeia.

ae. Japão, legislativas, 27 de outubro de 2024

A demissão do Primeiro-Ministro Fumio Kishida, assoberbado por escândalos e casos (como o assassinato do antigo Primeiro-Ministro Shinzo Abe), levou à mudança de liderança do *Partido Democrático Liberal* (PDL ou LDP, na terminologia em inglês) e de Primeiro-Ministro. Esta mudança, por seu turno, precipitou a dissolução da câmara baixa do Parlamento, Câmara de Representantes e a convocação de eleições um ano antes do previsto¹². Nas eleições subsequentes, o domi-

12 Uma nota sobre expedita tramitação: em 27 de setembro de 2024, Shigeru Ishiba foi eleito presidente do PDL; em 30 de setembro, comunicou que promoveria eleições antecipadas, a ocorrer em 27 de outubro; tomou posse como Primeiro-Ministro em 1 de outubro; a Câmara dos Representantes foi dissolvida em 9 de outubro; as eleições realizaram-se em 27 de

nante PDL (só não ocupou o Poder em 1993-4 e 2009-12) obteve 191 mandatos, perdendo 68 em relação à eleição de 31 de outubro de 2021, bem como a maioria absoluta dos 465 lugares. O *Komeito*, da coligação governativa, também perdeu um número significativo de mandatos (8 em 24). Nenhum Partido ultrapassou o limiar dos 200 mandatos, o que sucedeu pela primeira vez desde a primeira eleição geral, de 1955.

af. Botswana, eleições gerais, 30 de outubro de 2024

Nas eleições de 30 de outubro, o *Botswana Democratic Party*, Partido da luta (não armada) pela independência, perdeu as eleições pela primeira vez em 58 anos. Foi mais do que uma derrota, pois o sistema eleitoral *first past the post* ditou que passasse de primeiro Partido, com 38 dos 61 lugares, para quarto, com apenas 4 lugares. A coligação de oposição *Umbrella for Democratic Change*, conquistou 36 dos 61 lugares, podendo assim eleger folgadoamente o seu candidato a Presidente da República, Duma Boko, o que ocorreu logo de seguida na Assembleia Nacional. A insatisfação com a situação da economia, o desemprego e uma classe jovem, bem formada e reivindicativa de alterações políticas, ditaram a dramática mudança, com a inédita derrota do Partido do Presidente Mokgweetsi Masisi (2018-24), que se recandidatava.

O Botswana é o caso mais evidente da tendência para a gradual decadência eleitoral dos partidos de libertação nacional na África subsariana, particularmente no Sul.

ag. Estados Unidos da América, 5 de novembro, presidenciais e legislativas

Depois de uma campanha polarizada, sobretudo devido ao discurso divisivo de Donald Trump, as sondagens mostravam empate técnico. Por isso, a vitória de Trump não foi surpresa, embora, porventura, alguns números o tenham sido. Trump obteve a vitória no voto popular, com cerca de 2,3 milhões de votos de diferença, quando se colocava a hipótese de ficar atrás nesse voto, ainda que ganhasse nos grandes eleitores, devido à circunstância de o sistema eleitoral indireto favorecer (até aqui)

outubro.

os candidatos republicanos. Kamala Harris perdeu cerca de 10 milhões de votos em relação à votação de Biden, em 2020. Dos sete *swing states*, o candidato republicano manteve a Carolina do Norte (que já tinha votado republicano em 2020) e ganhou Wisconsin, Michigan, Pensilvânia, Geórgia, Nevada e Arizona (todos eles tinham caído para os democratas e Biden em 2020). O *Partido Republicano* obteve também maioria no Senado, com 53 lugares, conquistando lugares suficientes para cobrir a vantagem de um senador que os democratas detinham e manteve a maioria da Câmara dos Representantes (embora com uma margem mínima).

Quanto às coligações sociais/eleitorais de votantes de cada candidato, nota-se uma evolução sensível no sentido da variação. Algumas previsões sobre inclinações e tendências não se verificaram totalmente. Trump foi menos desfavorecido – e Harris menos favorecida – pelo voto de categorias sociais como as mulheres, sobretudo jovens, hispânicos, judeus, afro-americanos. As explicações podem andar em torno de Trump, apesar das suas idiossincrasias, dar mais garantias de liderança forte do que Harris.

ah. Roménia, primeira volta da eleição presidencial, 24 de novembro de 2024; eleições legislativas, 1 de dezembro de 2024

Na eleição presidencial, Călin Georgescu, da ultra direita, apoiante de Trump, alegado admirador dos líderes do fascismo romeno da II Guerra, obteve o primeiro lugar da primeira volta, com cerca de 23%. Em segundo, a candidata liberal, Elena Lasconi, que obteve cerca de 19%. O Primeiro-Ministro, Marcel Ciolacu, social democrata, alegadamente favorito, ficou para trás. Aliás, nenhum dos candidatos dos principais Partidos (*Social Democrata* e *Nacional Liberal*), passou à segunda volta. Em 6 de dezembro de 2024, a dois dias da segunda volta, o Tribunal Constitucional, também numa decisão inédita, anulou os resultados da primeira volta, com o fundamento de comprovada imiscuição da Federação russa no ato eleitoral. A eleição será repetida, previsivelmente em março de 2025.

Nas eleições legislativas, a grande coligação do governo (*National Coalition for Romania*), integrada pelo *Partido Social Democrata* e pelo *Partido Nacional Liberal*, perdeu a maio-

ria nas duas câmaras do Parlamento. Alguns Partidos identificados como de extrema direita, como a *Aliança para a União dos Romanos* (AUR), *S.O.S. Romania* e o *Partido da Juventude* (POT), tiveram importantes ganhos eleitorais. Na Câmara dos Deputados, além dos sete grandes e médios Partidos, dois dos quais novos (S.O.S. e POT), 19 Partidos dispõem de pelo menos um deputado.

ai. Irlanda, legislativas, 29 de novembro de 2024

Nas eleições para os 174 deputados da Câmara baixa da Irlanda (*Dáil Éireann*), os três partidos da coligação do governo com liderança rotativa, *Fianna Fáil* (o maior, com 48 lugares), de centro direita, *Fine Gael* (38), conservador, de centro direita, e verdes (1), perderam a maioria, ficando a um lugar de a alcançar. O maior Partido da oposição, *Sinn Féin*, de centro esquerda, obteve 39 lugares. Irlanda é mais um dos Países que assiste a uma progressiva fragmentação e à necessidade de governos de coligação, inclusive, desde 2020, entre os dois Partidos rivais da Guerra civil que se seguiu à independência em relação ao Reino Unido (1922-1923), movidos pelo interesse de manter o *Sinn Féin*, à margem do Poder.

aj. Namíbia, eleições presidenciais e legislativas, 27 a 30 de novembro de 2024

Netumbo Nandi-Ndaitwah do *SWAPO*, Partido no poder desde a independência, tornou-se a primeira mulher Presidente do País. A circunstância de ser mulher pode ter contribuído para que a perda nas eleições não fosse mais grave. Todavia é de notar que o *SWAPO* viu reduzir a sua representação na *National Assembly* para 51 lugares dos 96 eleitos, ou seja escassa maioria¹³, a mais fraca performance eleitoral do Partido desde a independência, em 1990.

ak. Gana, eleições presidenciais e legislativas, 7 de dezembro de 2024

O Gana é um dos raros Países que ainda conhecem um sistema bipartidário, assente no *National Democratic Congress* (NDC) e no

¹³ A Assembleia Nacional é composta por 104 membros, 96 eleitos e oito nomeados, sendo necessários 49 para fazer maioria.

New Patriotic Party (NPP). Os candidatos presidenciais são escolhidos através de primárias dos Partidos. Em 2024, o Presidente Akufo-Addo (2017-2025), a concluir o seu segundo mandato de quatro anos, não pôde candidatar-se. O antigo Presidente John Mahama, foi o candidato do NDC, na oposição, ganhando à primeira volta. O candidato do Partido do Governo (NPP), derrotado, foi o antigo vice-Presidente, Mahamudu Bawumia.

3. Tendências

Focaremos aqui as tendências respeitantes a:

- a. *Volatilidade do poder*;
- b. *Capacidade de autorregeneração*;
- c. *Progressão dos populismos de ultradireita*;
- d. *Fragmentação*;
- e. *Diminuição das condições de governabilidade*;
- f. *Progressão do autocratismo*;
- g. *“Viragem à direita”*;
- h. *Cumplicidades espúrias dos extremos*;
- i. *Informação, desinformação e redes sociais*;
- j. *Presidencialização*.

Embora se trate de um indicador muito relevante para aferir do grau de legitimação e de representatividade do sistema político, não faremos aqui uma avaliação das tendências quanto à *participação eleitoral*, as quais requerem séries mais longas do que simplesmente os dois ou três últimos atos eleitorais. Todavia, recorrendo aos dados coligidos pela *International IDEA*, referentes às eleições presidenciais e legislativas credíveis, pode ver-se que de 2022 para 2023 a média global subiu de 64,5% para 65,6%; de 2023 para 2024 desceu para 61%¹⁴. As oscilações podem ser, em parte, explicadas pelo maior ou menor peso de eleições em estados onde vigora o voto obrigatório. Por outro lado, o padrão de uma série longa mostra uma tendência de subidas e descidas em torno de um eixo médio relati-

¹⁴ 2022: https://x.com/Int_IDEA/status/1613859952644292608
2023: https://x.com/Int_IDEA/status/1754464500185469434
2024: <https://www.idea.int/news/voter-turnout-2024-global-elections-super-cycle-year>

Note-se que a tendência é desigual de Estado para Estado: por exemplo, em 2024, a participação eleitoral em Portugal subiu 8,4%; já no mesmo ano foi a mais baixa de sempre na África do Sul e foi extremamente baixa na Tunísia e na Bulgária, devido a condições singulares.

vamente contínuo¹⁵.

k. Volatilidade do poder

Tornou-se comum teorizar sobre o efeito *backlash* como fator explicativo de certas reações adversas dos eleitores em relação a políticas dirigidas sobretudo a setores minoritários. O tema é versado quando se procura encontrar explicações para a adesão a discursos extremos e polarizadores, como os de Trump ou de muitos populistas. Um fenómeno afim ao efeito *backlash*, de subcutânea intolerância e insatisfação em relação a quem detém o poder executivo, independentemente da sua orientação política, leva à rápida erosão da legitimidade de exercício e traduz-se em elevada volatilidade política¹⁶.

15 Período entre 1992 e 2022: <https://www.researchgate.net/profile/Fortune-Agbele-2/publication/369976751/figure/fig1/AS:11431281144812642@1681365677012/oter-Turnout-1992-2022-Source-International-IDEA.ppm>

16 Volatilidade política é um conceito mais amplo do que volatilidade eleitoral, porque atende às mudanças de governo e coligações, à oscilação esquerda direita, e não apenas à volatilidade eleitoral. O mais conhecido método de medida desta é o da autoria de Mogens N. Pedersen, “The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility”, in *European Journal of Political Research*, vol. 7/1 (1979), pp. 1-26; em alternativa, por exemplo, os de Powell e Tucker e Torcal e Lago. O método de Pedersen não considera as percentagens da “troca” de votos entre partidos, ou seja os eleitores que alteram cruzadamente o seu sentido de voto (percentagem dos eleitores que votavam no partido A e passaram ao partido B e de eleitores que votavam em B e passaram a A). Na aplicação mais simples do método de Pedersen, sem casos de cisões, de fusões e de alianças pré-eleitorais de partidos ou de novos partidos (que tornam a aplicação do método mais complexa e conduzem a resultados diferentes de aplicador para aplicador), tomam-se duas eleições de anos diferentes sucessivos, calculam-se os ganhos e perdas percentuais de cada partido em votos (também pode ser em cadeiras parlamentares), somam-se, e divide-se por dois. O resultado é o índice de volatilidade. No caso português, a comparação entre as eleições de 2022 e de 2024 para a AR, tomando em conta os partidos que obtiveram mandatos e agregando todos os resultados do PSD, do CDS-PP e do PPM, dá um índice de volatilidade de 13,9. A média europeia referente ao período em 1948 e 1977, calculada pelo próprio Pedersen, foi de 8,1%. Sobre as tendências globais mais recentes, de aumento da volatilidade eleitoral, Gideon Rahat / Ofer Kenig, *From Party Politics to Personalized Politics?*, Oxford University Press, Oxford, 2018. Há vários bancos de dados sobre a volatilidade eleitoral que possibilitam a atualização do de Pedersen: v. Ruth Dassonneville, *Net Volatility in Western Europe: 1950-2014*, Dataset. Leuven: Centre

Boa parte dos casos estudados neste ensaio são demonstrativos dessa propensão para a erosão da legitimidade de exercício. Em 19 casos, quem estava no poder foi derrotado, por vezes copiosamente: Argentina, Áustria, Bélgica, Botswana, Bulgária, EUA, França, Gana, Holanda, Indonésia, Irão (sob reserva), Lituânia, Macedónia do Norte, Panamá, Polónia, Portugal, Reino Unido, Senegal, Uruguai¹⁷ / ¹⁸. Na África do Sul, Índia, Irlanda, Japão, Roménia e Taiwan, os partidos do poder perderam maiorias no parlamento. Nas eleições presidenciais na Finlândia, o candidato do Partido do Poder derrotou o candidato da oposição pela menor margem de sempre. Na República da Coreia, a posição debilitada do executivo acentuou-se, devido à maioria parlamentar do principal partido da oposição. Uma nota específica para os Países africanos, sobretudo do sul do continente, onde os tradicionais Partidos de poder, normalmente Partidos liderantes dos processos de independência e sempre no Poder desde esse momento, sofreram dramáticas derrotas (Botswana), perderam maioria no parlamento (África do Sul), ficaram perto de a perder (Namíbia) ou obtiveram vitórias mais contestadas do que

for Citizenship and Democracy 2015.

17 A esta lista podem ser aditados os casos do Luxemburgo e da Nova Zelândia. A Nova Zelândia merece referência particular. Em outubro de 2023, o Partido Trabalhista, no Governo, sofreu uma forte derrota (a maior de um partido incumbente desde a introdução do sistema proporcional em 1996), triunfando o Partido Nacional, que formou governo em coligação com dois dos outros seis partidos representados. Nota também para o tom altamente polarizado da campanha eleitoral.

18 A esta lista é provável que se venham a juntar a Alemanha e o Canadá. O ato eleitoral na Alemanha estava inicialmente previsto para setembro, mas foi antecipado para 23 de fevereiro de 2025, depois da quebra da coligação “semáforo”, celebrada em dezembro de 2021 entre social democratas, verdes e liberais. Os Democratas cristãos seguem confortavelmente à frente nas sondagens para as eleições de fevereiro, seguidos da *Alternativa para a Alemanha (AfD)*. No Canadá, o liberal Justin Trudeau (Primeiro-Ministro desde 2015), anunciou a demissão no início de janeiro de 2025. Previsivelmente, o Partido Conservador apresentará uma moção de censura, que será apoiada mesmo pelos Partidos à esquerda do Partido Liberal, Novo Partido Democrático e Bloco do Québec, seguindo-se eleições antecipadas. Nestas, o Partido Conservador, largamente liderante nas sondagens, é o principal favorito à vitória, coisa não muito frequente, se considerarmos que o Partido Liberal governou o País durante boa parte dos séculos XX e XXI.

alguma vez haviam sido (Moçambique).

l. A capacidade de surpreender

As eleições na África do Sul, na Argentina, no Botswana, na França, na Índia, no Irão, no Japão, mostram que o exercício democrático continua a ter uma ampla capacidade de surpreender, mesmo quando tudo parece decidido ou imutável. O que parece estável, pode ter sobressaltos bruscos, quase sistémicos, como se vê na República da Coreia¹⁹.

m. Progressão dos populismos de ultradireita (mas não tanto quanto se podia prever)

Os piores receios sobre a ascensão dos populismos e de partidos da ultradireita (não são exatamente a mesma coisa, embora possam confluir numa única formação), não se confirmaram. A maioria das eleições observadas em 2024 ficaram longe de mudar radicalmente o mapa político das democracias sob esse ponto de vista.

Todavia, é inegável que se registaram episódios de importante subida da extrema direita populista (e, consequentemente, da polarização política).

Além das vitórias na Holanda e na Argentina, ainda em 2023, a extrema direita populista conseguiu o primeiro lugar em França, quer nas eleições para o Parlamento Europeu (PE) quer na primeira volta das legislativas de 2024.

As eleições para o PE mostraram significativos ganhos desses partidos em vários Países, como a Alemanha, a Bélgica, Portugal, a Roménia.

Na Áustria, o FPÖ, que já integrou coligações de governo com o ÖVP, pode regressar como líder do governo, agora liderado por um radical. Na Croácia, verifica-se a circunstância atípica de o mais forte Partido da ultra direita populista ter ascendido à coligação de governo, não obstante ter sofrido perdas eleitorais. Na Lituânia a coligação liderada pelo Partido Social Democrata integra um novo Partido, *Dawn of Nemunas*, populista, antissemita e nacionalista. Na Roménia, o principal partido da oposição é um Partido de ultra direita e a primeira volta da eleição presidencial – anulada pelo Tribunal Constitucional – foi vencida

19 Ou, já agora, na Sérvia, no início de 2025.

por um populista de ultra direita. Em Portugal, o *Chega* conseguiu um quinto dos Deputados à Assembleia da República. Na Bulgária, o Partido ultranacionalista de direita, pró russo, *Vazrazhdane (Revival)*, teve cerca de 13% dos votos, obtendo o terceiro lugar. Na Moldávia, nas eleições presidenciais, o candidato pró-russo, Stoianoglo, obteve 44,45% dos votos na segunda volta²⁰.

Até na África do Sul, um Partido de extrema direita, a *Patriotic Alliance*, conseguiu representação parlamentar (9 deputados).

Evidentemente, que o acontecimento de maior repercussão foi a vitória de Donald Trump nos EUA. Porém, esse é um caso à parte. A forte rede de *checks and balances* institucionais, partidários, sociais, funcionarão sempre como forte amortecedor de qualquer excesso. Quase 240 anos de constitucionalismo mostram o que princípio madisoniano de limitação do Poder, mesmo que há muito se tenha afastado do pensamento original James Madison, é mais robusto do que em qualquer outro lugar.

Em contramão aos casos citados nas linhas anteriores, a Polónia, ainda em 2023, deu indicação que a tendência de deslize para a direita mais radical ou mais conservadora não é de sentido único. No Parlamento Europeu a extrema direita não se reforçou tanto como se chegou a prever. O crescimento verificado não coloca em causa a estabilidade das políticas europeias. Mesmo na Holanda, lugar do primeiro abalo, Wilders foi obrigado a abrir mão do cargo de Primeiro Ministro. Em França, na segunda volta das legislativas de 2024, a maioria absoluta ambicionada (e dada como certa) pelos líderes da *União Nacional*, foi afinal inviabilizada pela chamada frente republicana, através da vitória da NFP e de uma derrota do bloco presidencial menos expressiva do que o prognosticado. Na Bulgária, os estudos de opinião davam melhor posição ao *Vazrazhdane (Revival)*, do que a conseguida. Na Moldávia, o receio de um descarrilamento no caminho de integração europeia não se materializou²¹. Na Bélgica, o *Vlaams Belang*

“Os piores receios sobre a ascensão dos populismos e de partidos da ultradireita (não são exatamente a mesma coisa, embora possam confluir numa única formação), não se confirmaram. A maioria das eleições observadas em 2024 ficaram longe de mudar radicalmente o mapa político das democracias sob esse ponto de vista.”

acalentava a ambição de ganhar a maior representação parlamentar, o que não ocorreu. Eventualmente no mesmo sentido, de certa forma inesperadamente, o Primeiro-Ministro indiano Modi viu o seu pendor semi-autoritário sofrer um revés, com a perda da maioria no parlamento e a concomitante necessidade de promover uma coligação de governo.

n. Fragmentação

Tomando como referência sobretudo as eleições legislativas (embora algumas eleições presidenciais também possam fornecer alguns indicadores, sobretudo pelo número de candidatos com fundadas expectativas de obter votação significativa), inequívoco e de sentido único é o incremento da fragmentação (e de alguma polarização, que, entre outras seque-

las, obsta a que os efeitos da fragmentação sejam eficazmente amortecidos ou absorvidos pelo sistema partidário)²²: Holanda e Bélgica (como é tradicional), África do Sul, Argentina, Áustria, Bulgária, Croácia, França, Índia, Irlanda, Japão, Lituânia, Panamá, Portugal, Roménia, União Europeia. Mesmo países essencialmente fieis ao bipartidarismo, como Taiwan e Coreia Sul assistem ao surgimento de terceiras forças, ainda que minoritárias. No Reino Unido, só o sistema eleitoral mascara a fragmentação real, ao nível das escolhas do voto. Por seu turno, a fragmentação não aumentou na Indonésia (antes diminuiu numa unidade), mas esta continua a constituir um bom exemplo de que a cláusula barreira não impede sempre alguma fragmentação, particularmente quando está associada a fatores regionais ou a rivalidades de elites. A cláusula de 4% não impediu que em 2019 obtivessem representação nove partidos e oito em 2024. Já o caso austríaco ilustra a situação inversa. A crescente fragmentação põe a nu, entre outros aspetos, a também crescente dificuldade dos partidos de centro esquerda, de centro e de centro direita (tanto quanto a classificação ainda pode assumir alguma capacidade distintiva) preservarem as posições eleitorais que os tornam partidos vetoriais do governo ou, pelo menos, charneira. Sendo eles quase todos partidos *catch all*, muitas vezes herdeiros dos antigos partidos de massas, vêm-se confrontados com a possível realidade de a estratégia *catch all* ser hoje menos eficaz do que foi nos cinquenta anos que mediaram entre as décadas de 1970 e as décadas deste século, confrontados que estão com partidos de nicho, de agenda, alguns deliberada e exclusivamente focados num segmento específico – ainda que heterodoxo – do eleitorado.

o. Diminuição das condições de governabilidade

A conjugação de vários fatores – entre os quais a mencionada fragmentação – repercutiu-se na diminuição da governabilidade:

- Na Argentina, o Partido presidencial é

20 E parece poder antecipar-se com razoável certeza que o *Alternative für Deutschland* terá uma forte votação nas eleições alemãs de 23 de fevereiro de 2025.

21 Embora não se trate de eleições gerais, pode invocar-se no mesmo sentido as eleições locais de 31 de março de 2024, na Turquia, onde o Partido de Erdoğan foi derrotado nas principais cidades (entre as quais Istanbul, Ankara e Izmir).

22 A tendência fragmentária não é de hoje, uma vez que dados referentes a décadas anteriores já a mostram: v. Gideon Rahat / Ofer Kenig, *From Party Politics to Personalized Politics?*, p. 62, comparando números da década de 2006-2015 com décadas anteriores.

muito minoritário na Parlamento. Não obstante a possibilidade – e tradição - de os presidentes do hiperpresidencialismo argentino governarem através dos chamados “*decretos por razones de necesidad y urgencia*” (DNU), é possível o choque frequente com as Câmaras parlamentares. Isso ficou patente nos primeiros doze meses de mandato, embora o sistema hiperpresidencial revele grande resiliência.

- Na África do Sul, pela primeira vez o ANC foi forçado à constituição de um governo de unidade nacional. Em junho de 2024, o ANC, a *Democratic Alliance* (DA), o *Inkatha Freedom Party*, a *Aliança Patriótica* e o *Good*, firmaram um acordo histórico, lançando as bases para a eleição presidencial de Cyril Ramaphosa (ANC) e um governo de unidade nacional. A coligação entre ANC e DA era considerada impossível por muitos dentro dos próprios Partidos. Por isso, os constitucionalistas e politólogos sul-africanos ficam na expectativa de ver como funciona um governo de coligação na África do Sul, uma vez que coligações anteriores foram forçadas em momentos históricos precisos e/ou foram sempre conduzidos por um ANC muito dominante.
- Na Áustria, sem maioria absoluta de um Partido, num ambiente historicamente adverso a governos apenas com apoio minoritário, com um Partido vitorioso (FPÖ) com quem todos alegadamente se recusavam a coligar, o Presidente Alexander van der Bellen teve de retirar os seus poderes típicos de sistema semipresidencial do armário, onde os Presidentes austríacos os guardam, para assumir o encargo de artífice de uma solução de governo que não se antecipava qual pudesse ser. Convidou o anterior chanceler, líder do segundo Partido mais votado, de centro direita para primeiro ministro. Na impossibilidade de este formar governo, convidou depois, no início de janeiro de 2025, o líder do Partido vencedor das eleições, de ultradireita, FPÖ. Sinal dos tempos: se Kickl conseguir fechar a coligação com o *Partido Popular*, não é previsível que isso suscite as reações violentas que a entrada de Jörg Haider no governo austríaco provocou há 25 anos.
- Na Bélgica, as eleições levaram 11 partidos ao parlamento, num contexto mais polarizado. Com uma maioria (não absoluta)

de direita nacionalista flamenga e com a recusa de vários Partidos da coligação do Governo ainda em funções em participar noutra, não é possível vislumbrar que tipo de governo pode formar-se transcorridos os costumados um a dois anos - ou mais - de negociações mediadas pelo Rei.

- Na Bulgária, depois de eleições em junho e de três tentativas de elencos governativos, os resultados das eleições de outubro de 2024 ameaçaram manter o impasse, uma vez que o Parlamento tem oito Partidos que conseguiram superar a cláusula barreira e o Partido vencedor apenas tem 69 Deputados (em 240); no início de 2025 foi constituído um frágil governo minoritário liderado pelo bloco com mais deputados, *Cidadãos para o Desenvolvimento Europeu da Bulgária*.
- Em França, as eleições legislativas de 2024 consumaram uma revolução copérnica completa, com forte repercussão na governabilidade. O sistema eleitoral, concebido para gerar maiorias de governo (que a partir do século passado se percebeu que poderiam não ser do partido presidencial), perdeu essa aura. Em 2022, gerara uma maioria simples do bloco presidencial. A circunstância de, ainda assim, este ser o maior bloco e de ser inconcebível uma coligação entre a *União Nacional* de Le Pen e os outros Partidos que viabilizassem um Governo alternativo ao do Primeiro-Ministro do bloco presidencial, permitiu que este governasse entre 2022 e 2024. Em 2024, o sistema eleitoral não gerou sequer um bloco claramente candidato à formação de Governo, ainda que minoritário. Com as eleições de 7 de julho, gerou-se um cenário dramaticamente inédito: (i) o Partido presidencial não tem maioria absoluta; (ii) o Partido presidencial não é, à partida, o maior bloco, mas mantém uma posição de charneira; (iii) há três blocos partidários quase iguais, em peso, no Parlamento (*Nova Frente Popular*, *Ensemble*, *União Nacional*); (iv) o centro direita tradicional, representado pelos *Républicains*, perde influência, sendo substituído, no espaço político da direita, pela direita radical; (v) os blocos não são todos monolíticos, designadamente a NFP, com quatro Partidos que podem enveredar por um caminho autónomo, quanto à formação de Governo; (vi) há um panorama

de fragmentação partidária nunca visto na V República. Finalmente, nada despiciendo, (vii) o Presidente vê a sua posição alterar-se substancialmente, sendo remetido à posição de Presidente semipresidencial, sem possibilidade de governar por intermédio do Primeiro-Ministro. Sem embargo, um presidente semipresidencial com forte posição arbitral, decorrente não apenas dos robustos poderes constitucionais, mas também de ser o líder de um Partido charneira que detém uma das chaves das soluções de governo.

Em setembro de 2024, Macron nomeou Michel Barnier (*Republicanos*) Primeiro-Ministro de uma coligação integrada também pelos macronistas e sustentada pela transigência inicial da União Nacional. Durou menos de cem dias, tornando-se o Governo de mais curta duração da V República e apenas o terceiro a ser derrubado por uma moção de censura. Na sequência da invocação pelo Governo do artigo 49, 3, da Constituição, associando a responsabilidade política do Governo à proposta de financiamento da segurança social em 2025, duas moções de censura, uma da extrema direita, outra da esquerda radical, foram depositadas. Aprovada a primeira, em 4 de dezembro de 2024, o Primeiro-Ministro ficou vinculado à obrigação de apresentar a demissão. Em 13 de dezembro de 2024, o Presidente nomeou novo governo, chefiado por François Bayrou, próximo do seu círculo político.

- Na Holanda, foi formada uma coligação de governo do PVV, do VVD, do NSC e de outro Partido de extrema direita (BBB). Preço da coligação: apesar de o Partido de Wilders ser a principal força política, aquele não é o Primeiro-Ministro, o que contribui para as interrogações quanto à sua coesão e estabilidade;
- Na Índia, entre 1989 e 2014 nenhum partido governou solitariamente, sendo necessárias coligações. Desde 2014, sob a liderança de Narendra Modi, esse ciclo foi quebrado pelas maiorias absolutas do BJP. Mas as eleições de 2024 forçaram Modi a algo a que não está habituado: um governo de coligação com partidos regionais, alguns seculares e não afetos ao nacionalismo hindu. Nesse contexto, é expectável que parte do programa uniformizador da Índia de

acordo com os preceitos do nacionalismo hindu - não obstante os 200 milhões de muçulmanos e a grande diversidade étnica e regional -, sofra resistência e obstáculos; mas há quem tema que Modi enverede por uma fuga para a frente mais impositiva da sua visão.

- Na Irlanda, os três partidos da coligação do governo com liderança rotativa, *Fian-na Fáil* (o maior, com 48 lugares), *Fine Gael* (38) e verdes (1), perderam a maioria, ficando a um lugar de a alcançar.
- No Japão, o *Partido Democrático Liberal* (PDL), embora continue a ser o Partido mais votado, sofreu uma derrota expressiva, uma vez que perdeu a maioria absoluta na Câmara baixa; o seu parceiro de coligação, *Komeito* também perdeu mandatos. A formação de governo complexificou-se significativamente, na medida em que os dois parceiros da coligação não reúnem votos suficientes para formar um governo maioritário e os partidos que poderiam contribuir com os votos necessários (designadamente, o segundo, o terceiro e o quarto maiores Partidos, *Partido Democrático Constitucional do Japão*, *Ishin* e *Partido Democrático do Povo*) não se mostraram disponíveis para integrar uma coligação estruturada. Na eleição do Primeiro-Ministro pela Câmara dos Deputados, em 1 de novembro de 2024, Shigeru Ishida, do PDL, foi reeleito, com 221 votos (menos 12 do que a maioria absoluta), derrotando Yoshihiko Noda, do PDCJ, principal Partido da oposição, que conseguiu apenas 160. O Japão é, assim, governado por um governo minoritário, sujeito à negociação casuística de medidas legislativas, sobretudo com o *Ishin* e o PDP.
- Na Lituânia, o Primeiro Ministro social democrata, Gintautas Paluckas, obrigou-se a recorrer a uma coligação com um Partido populista, antissemitico, nacionalista, que obteve 20 lugares no Parlamento, para assegurar o apoio ao Governo de uma maioria absoluta de deputados.
- No Panamá, entre 2019 e 2024, sob o Presidente Laurentino Cortizo, do PRD, vigoroou uma coligação de governo maioritária, tendencialmente de centro esquerda, embora com uma componente minoritária de centro direita, formada pelo PRD e pelo *MORILENA*. As eleições legislativas produziram um cenário em que a maior ban-

cada é a dos independentes - com 24% dos lugares - e nenhum Partido obteve mais do que 21%, sendo necessários vários para sustentar a agenda presidencial no Parlamento.

- Em Portugal, um governo de maioria absoluta foi substituído por um governo de maioria relativa da *Aliança Democrática*. Muitos observadores consideram que por estratégia própria (designadamente, cordão sanitário em relação ao *Chega*) ou por indisponibilidade dos outros Partidos, a AD não parece, à partida, capaz de garantir um governo estável pelo período dos quatro anos da legislatura (até 2028).
- Na República da Coreia, o *Partido Conservador*, do presidente, que era minoritário, ainda mais minoritário ficou, conduzindo a um impasse que empurrou o Presidente para a declaração de lei marcial, a que o Parlamento respondeu decidindo o *impeachment* do Presidente.
- Na Roménia, as eleições legislativas de dezembro de 2024 desembocaram na perda de maioria parlamentar dos partidos da grande coligação social-democrata / liberal. Depois de o PSD, do Primeiro-Ministro Marcel Ciolacu, ter ameaçado não integrar a nova coligação de Governo, em finais de Dezembro de 2024 foi finalmente formada pelo PSD, PNL e o Partido húngaro uma nova coligação, pró-Europa. O Governo, nomeado pelo Presidente e investido pelo Parlamento (duas Câmaras, em conjunto) através de voto de confiança, é minoritário (o que é comum no País), dispondo de maioria no Senado, mas não na Câmara dos Deputados. A *Aliança para a União dos Romanos* (AUR), de extrema direita, lidera a oposição.
- Em Taiwan, o Partido do Presidente, *Partido Democrático*, perdeu a maioria. Para viabilizar a agenda legislativa e até para assegurar a estabilidade governativa, o Presidente carece de negociar com um - ou mais - dos outros Partidos representados no Parlamento. Não é improvável uma situação de bloqueio como a que se verificou entre 2000 e 2008, quando o Presidente Chen Shui-bian (PDP) conviveu com uma maioria da oposição do *Kuomintang* e de outros partidos, no Parlamento;
- No Uruguai, o novo Presidente, da *Frente Amplio*, não tem maioria nem no Senado

nem na Câmara dos Representantes, sendo obrigado a negociar cada iniciativa caso a caso, ao invés do que ocorreu com o anterior Presidente (2020-2025).

Os exemplos de sinal contrário são em menor número: a sólida maioria dos trabalhistas no Reino Unido; a consolidação do poder do *MORENA*, no México (depois de quase duas décadas de governos divididos); o reforço do poder do Presidente em El Salvador (de forma inconstitucional, é certo); o regresso da direita clássica ao poder na Polónia; a continuação de Maia Sandu, pró-europeia, na Moldávia; a manutenção do equilíbrio entre o Primeiro-Ministro Andrej Plenković e o Presidente incumbente, Zoran Milanović, na Croácia; a consolidação do Presidente da República Dominicana e do seu Partido. Em África, *Frelimo* e *SWAPO* resistem, mas aprofunda-se, em geral, a progressiva erosão dos Partidos /movimentos de libertação.

p. Progressão do autocratismo

As mais preocupantes manifestações de derivas autocráticas ocorreram em El Salvador, na Geórgia, na República da Coreia e na Tunísia. Também Moçambique suscita uma nota. Em El Salvador, em 2019 a candidatura de Nayib Bukele suscitou esperanças de reforço democrático. O seu Partido, *Nuevas Ideas*, apresentava-se como ideologicamente moderado e sem inclinação precisa, embora muitos dos seus membros viessem do esquerdista FMLN (incluindo o próprio Bukele). Bukele era crítico dos líderes autocratas da região, à esquerda e à direita, como o venezuelano Nicolas Maduro (2013 até hoje), o nicaraguense Daniel Ortega (2007 até hoje) e o hondurenho Juan Orlando Hernández (2014-2022).

Atualmente, observadores notam a crescente autocratização do governo. Aponta-se ao Presidente que em 2020 usou as Forças Armadas para forçar o Parlamento a aprovar o orçamento por ele desejado. Moldou o Supremo Tribunal e a Procuradoria da República aos seus interesses e políticas (designadamente, permitindo a sua reeleição em 2024). Conseguiu uma diminuição drástica da taxa de homicídios, todavia à custa de medidas que muitos consideram abaixo do limiar aceitável do ponto de vista dos princípios do Estado de Direito.

Na Geórgia, após as eleições de 27 de outubro de 2024, contestadas pela oposição, o Primeiro-Ministro Irakli Kobakhidze anunciou a suspensão, até 2028, das negociações para a adesão à União Europeia. As alegações de fraude eleitoral e o anúncio motivaram manifestações populares. Muitos manifestantes foram detidos, incluindo líderes da oposição. Há notícias de intimidação a jornalistas. A Presidente Salome Zourabichvili, europeísta e independente, eleita em 2019 com o patrocínio do *Georgian Dream* (eventualmente à custa de uma massiva compra de votos), tem mostrado apoio às denúncias da oposição e considera o governo ilegítimo²³.

Na República da Coreia, conhecendo-se a clivagem altamente polarizada entre os dois principais partidos, nenhum analista previa que os resultados acima reportados das eleições legislativas deslaçassem a situação de bloqueio que ocorrera nos últimos dois anos. O Presidente, Yoon Suk-yeol, eleito em 9 de março de 2022, enfrentara durante esse tempo uma forte oposição da maioria da Assembleia Nacional, eleita em 2020 (21.ª legislatura). O equilíbrio através do impasse era um cenário provável, mas o impasse tornou-se insustentável para o Presidente.

Em 3 de dezembro de 2024, através de uma inesperada intervenção televisiva ao fim da noite, anunciou que decidira instaurar a lei marcial, devido à alegada atuação pró-comunista e colaboracionista com a Coreia do Norte do principal Partido da oposição, *Partido Democrático*. Isto implicava que as Forças Armadas assumissem o controlo. Seria a primeira vez, desde a década de 1970, ainda sob a ditadura, que tal ocorreria.

A atuação dos militares, a quem a lei marcial dava ampla margem de manobra, foi ambígua. Chefes militares, ulteriormente, divulgariam que se recusaram a acatar ordens presidenciais diretas para entrar no Parlamento e retirar os Deputados aí presentes. Todavia, alguns militares formaram cordão para impedir os Deputados de aceder, outros entraram pelas janelas do edifício do Parlamento, porventura com o mesmo intuito.

A maior parte dos membros do Parlamento insurgiram-se. Muitos, quebrando o cordão militar forçaram a entrada no edifício do Parla-

mento (alguns partindo vidros e entrando por janelas) e, altas horas da madrugada, revogaram a decretação da lei marcial, com a esmagadora maioria dos presentes (190), que incluíam Deputados do Partido do Presidente.

Criticado pelo seu próprio Partido, acossado por manifestações populares, Yoon Suk-yeol anunciou que acataria a deliberação parlamentar. O Ministro da Defesa demitiu-se, pediu desculpa e foi detido poucos dias depois, procurando, já na prisão, pôr termo à vida.

Imediatamente a seguir, o *Partido Democrático* e outros Partidos depositaram uma proposta para a destituição presidencial, cuja votação requeria uma maioria de dois terços, ou seja, também alguns Deputados do Partido do Povo. Numa primeira votação, em 8 de dezembro, não obteve maioria, ficando a poucos deputados de distância. Num ambiente de enormes manifestações populares e estudos de opinião a mostrarem que 70% dos inquiridos defendiam a destituição do Presidente, o Partido deste oscilou. A expectativa de que o próprio se demitisse, alentada pelo Partido, esbarrou perante a sua irredutibilidade.

No dia 14 de dezembro de 2024, nova moção com vista ao *impeachment* foi aprovada por 204 membros do Parlamento, quatro mais do que o necessário, ou seja, contando com o apoio de alguns membros do Partido presidencial. 85 legisladores votaram contra. Nos termos constitucionais, o Presidente foi imediatamente suspenso do cargo. Em 15 de janeiro de 2025 foi detido.

Logo a seguir à suspensão do Presidente, assumiu funções o Primeiro-Ministro Han Duck-soon (sendo o primeiro-ministro, normalmente, um funcionário de carreira, mais do que um político de primeira linha) que, curiosamente, já servira como tal numa Administração do *Partido Democrático*. Em 27 de dezembro de 2024, também ele foi objeto de decisão de *impeachment*, votada por 192 dos 300 deputados, ou seja, presumivelmente apenas pelos deputados dos partidos da oposição²⁴. O Ministro das Finanças, Choi

Sang-mok, substituiu Han como Presidente em exercício. O Tribunal Constitucional terá também de se pronunciar, confirmando ou não o *impeachment*.

Foi notável a reação das instituições ao que parece ter sido uma tentativa de autocratização da forma de governo na República da Coreia.

Sem embargo, um dos aspetos interessantes a destacar é que as desvantagens que LINZ, VALENZUELA e outros apontavam na década de 1990 à implantação do sistema presidencial na América Latina, embora verdadeiramente não se tenham confirmado naquela região (ou, pelo menos, não se verificaram sistematicamente), uma vez que foram encontrados antídotos no plano da prática institucional (coligações), parecem eclodir na República da Coreia. Aquelas desvantagens são alimentadas pela conceção prevalecente de presidente reforçado e pela persistente indisponibilidade dos Partidos do sistema de se concertaram para assegurar a governabilidade, não obstante a permanente situação de risco de segurança, derivada do conflito com República Democrática da Coreia. A paralisia, o bloqueio mútuos ou, em alternativa, o sistema presidencial de assembleia são hipóteses fora da América Latina, mesmo quando o presidente seja visto como um dos mais poderosos do globo, jurídica e politicamente.

Por outro lado, demonstra-se que o sucesso do *impeachment*, mais do que condicionado pelo quadro e pelos requisitos jurídicos (ainda que estes também pareçam inequivocamente preenchidos, como no caso), depende de algumas circunstâncias contextuais essenciais: pronunciada impopularidade do presidente, que empurra a maioria parlamentar, incluindo parte relevante do próprio partido presidencial. O *impeachment* relâmpago (não o único na história universal dos *impeachment*) de

sidente, apenas exerce as funções deste? A questão é interessante e não é de fácil resposta. A maioria qualificada de dois terços visa proteger um presidente eleito por voto popular de maiorias ocasionais formadas noutro órgão com igual legitimidade. Nessa perspetiva, pode defender-se que um presidente que não reinvidique essa legitimidade não tem direito à mesma proteção. Mas, por outro lado, a maioria qualificada de dois terços visa também garantir que o Presidente (eleito ou em exercício) possa desempenhar as funções que a constituição lhe confere de forma independente, sem a permanente ameaça de *impeachment* imposto por maiorias ocasionais.

23 <https://www.euronews.com/my-europe/2024/11/30/president-salome-zourabichvili-slams-georgias-government-as-illegitimate>

24 Foi debatida a questão de qual a maioria requeria para o *impeachment* do presidente em exercício, questão nunca suscitada no passado. Seria a maioria de 2/3 (200) dos deputados da Assembleia Nacional, como em relação ao presidente eleito, como sustentou o Partido do Povo ou apenas a maioria aplicável a todos os demais cargos - maioria absoluta -, como defendeu o Partido Democrático, alicerçado na ideia de que o primeiro ministro não se transforma em pre-

2024 vem reforçar a ideia de que esse instituto é a válvula de escape que muitos temiam inexistir nos sistemas presidenciais em situações de impasse político.

Na Tunísia assistiu-se à consolidação do Poder pessoal do ex-professor de Direito Constitucional e Presidente desde 2019, Kaïs Saïed, num contexto de alta fragmentação do Parlamento. Inicialmente ansiosamente visto como uma solução para pôr cobro à instabilidade política e governativa gerada ao abrigo da Constituição de 2014, o Presidente lidou com o Parlamento com mão de ferro e parece apostado a libertar-se de qualquer possibilidade de oposição ou de limitação do seu Poder. Preocupante é também a situação de Moçambique onde as persistentes alegações de fraude eleitoral por parte de candidatos e a reação musculada das autoridades levantam dúvidas sobre a gradual consolidação das instituições democráticas.

q. “Viragem à direita” (tanto quanto é possível qualificar)

É crescentemente arriscado usar como referência a clivagem esquerda / direita. Em várias zonas do globo, como África, Ásia e América do Sul, é difícil reconduzir todos os Partidos e personalidades políticas a uma ideologia precisa e a um posicionamento político nessa escala.

Por isso, não é possível caracterizar firmemente sob esse ponto de vista situações tão variadas quanto as de África do Sul, Botswana, El Salvador, Gana, Geórgia, Irão, Moçambique, Namíbia, República da Coreia, Senegal, Taiwan, Tunísia, mesmo que alguns agentes político se revejam nessas nomenclaturas e as invoquem no debate interno. Por outro lado, há situações em que coligações ou governos minoritários não permitem identificar exatamente qual a tendência política dominante no país, como na Roménia (grande coligação liderado pelos sociais democratas), em França (coligação de centro direita, mas sem maioria), na Irlanda (coligação dos partidos do regime, ambos conservadores) ou na Bélgica (coligação “Vivaldi”, ainda atuante, com liberais, conservadores, vedes e socialistas)).

Tanto quanto continua a ser possível arriscar o exercício, “viraram à direita” - ou para uma direita mais radical -, Argentina, Áustria, Bélgica, EUA, Holanda, Indonésia, Macedó-

“Muitos agentes políticos, designadamente aqueles que se podem considerar outsiders, privilegiam os social media, por necessidade ou inclinação. Isso decorre da dificuldade de acesso aos meios convencionais e/ou de deliberada estratégia de comunicação. Sucedem-se também indícios de campanhas de desinformação, algumas, porventura, alegadamente orquestradas a partir do exterior.”

nia do Norte, Panamá, Portugal²⁵. Continuaram à direita, ainda que com nuances entre si, a Croácia, a Bulgária, a Índia, a Polónia (direita mais moderada), a República da Irlanda e a União Europeia. “Viraram à esquerda”, a Lituânia (não obstante a integração no Governo de um Partido populista), o Reino

²⁵ Poderiam acrescentar-se os casos antes mencionados do Luxemburgo e da Nova Zelândia, em 2024, bem como, previsivelmente, da Alemanha e do Canadá, em 2025.

Unido e o Uruguai. Permaneceu à esquerda o México. Sem poder falar de viragem à esquerda, uma vez que os governos continuaram à direita, registaram progresso partidos de centro esquerda do Japão e da República da Coreia. É difícil dizer algo de seguro em relação à Eslováquia: nominalmente registou-se uma viragem à esquerda, uma vez que uma Presidente liberal foi substituído por um social democrata. Todavia, a deriva ideológica dos Partidos patrocinadores do novo Presidente torna o juízo inseguro.

Conclusão: mais dificuldade dos governos de esquerda se manterem; mais numerosas viragens à direita.

r. Os extremos tocam-se?

A votação da moção de censura que derrubou o Governo de Michel Barnier, em 4 de dezembro de 2024, foi aprovada com votos da União Nacional, de extrema direita e da França Insubmissa, da esquerda radical. As chamadas coligações negativas também têm reflexo e consequências importantes em França.

s. Redes sociais, propaganda, Informação, desinformação

Muitos agentes políticos, designadamente aqueles que se podem considerar *outsiders*, privilegiam os *social media*, por necessidade ou inclinação. Isso decorre da dificuldade de acesso aos meios convencionais e/ou de deliberada estratégia de comunicação. Sucedem-se também indícios de campanhas de desinformação, algumas, porventura, alegadamente orquestradas a partir do exterior. Os que seguem são apenas alguns dos exemplos.

Na América Latina, depois de Boric (Chile) e de Bolsonaro (Brasil), passou a ser exemplo de *outsider* “feito” presidente pela informação (ou desinformação) das redes sociais o caso de Javier Milei (Argentina). É conhecido que este gere e decide pessoalmente o que publica nas suas contas do X e o do *Instagram*. A sua notoriedade e penetração social através do *tik tok* ultrapassou o de qualquer outro candidato.

Na Europa, o caso mais saliente do impacto das redes sociais é, porventura, o de Călin Georghescu, candidato presidencial vencedor da primeira volta das eleições presidenciais, com cerca de 23%, apesar de os estudos de opi-

não lhe atribuírem preferências na ordem dos 5%. No debate político interno, argumenta-se que a sua campanha nas redes sociais foi decisiva, particularmente no *Tik Tok* (os vídeos do candidato terão sido vistos por mais de 50 milhões de pessoas) que, eventualmente, lhe terá conferido tratamento preferencial. Há também acusações de interferência externa (Călin Georgescu é tomado como pró Putin). Embora se tenha libertado da condição de *outsider* com que despontou em 2016, Donald Trump continuou a fazer uso do X (ex-*Twitter*) profusamente, agora com o notório favor do atual proprietário, Elon Musk, que colocou a plataforma à disposição daquele. O próprio Elon Musk, além de manifestar apoio a Trump e de o financiar em centenas de milhões de dólares (não é possível calcular exatamente, entre financiamentos diretos para a campanha e os indiretos), usou a circunstância de ser a pessoa mais seguida no X para fazer campanha a seu favor, por vezes em termos que suscitam reação por serem notoriamente falsos ou censuráveis (xenófobos, extremistas, racistas). Por outro lado, Mark Zuckerberg, do o *Facebook* e o *Instagram*, parece estar a melhorar as relações com Trump, incluindo com financiamento.

Na Moldávia ambos os campos – pró-UE e pró-russo – acusaram-se mutuamente de meios ilegítimos de condicionamento e do uso abusivo e desinformativo das redes sociais.

t. Presidencialização

Quase todas – se não todas – as eleições analisadas têm um rosto e um nome (ou vários rostos e vários nomes, na medida em que sejam competitivas, mas não mais do que dois ou três): Tusk (Polónia), Milei (Argentina), Wilders (Holanda), Lai Ching-te (Taiwan), Bukele (El Salvador), Subianto (Indonésia), Montenegro (Portugal), Faye (Senegal), Yoon Suk-yeol (República da Coreia), Andrej Plenković e Zoran Milanović (Croácia), Ramaphosa (África do Sul), Modi (Índia), Sheinbaum (México), Pezeshkian (Irão), Macron (França), Keir Starmer (Reino Unido), Kickl (Áustria), Chapo (Moçambique), Sandu (Moldávia), Borissov (Bulgária), Orsi (Uruguai), Ivanishvili (Geórgia), Boko (Botswana), Trump (Estados Unidos), Nandi-Ndaitwah (Namíbia), Mahama (Gana) e os mais diretos competidores de cada um deles. Podem ser

pouco conhecidos no exterior; podem não ir diretamente a eleições (Macron, Ivanishvili); em situações peculiares, a identificação de quem é quem pode baralhar-se (Roménia). Mas a política interna roda em torno deles. O fenómeno da personalização da política, com a sua expressão máxima de presidencialização, não abrandou, antes pelo contrário, consolida-se, qualquer que seja o sistema de governo.

Conclusão

Amontoam-se os sinais contraditórios. Todavia, a democracia eleitoral funciona e parece ter armas para resistir, mesmo quando parece que a democracia representativa está à beira do abismo ou pronta a ser levada pela voragem daqueles que não a apreciam ou que os sistemas partidários clássicos – e até os partidos como instituição vetorial – estão todos prestes a ser substituídos por outra coisa²⁶.

²⁶ Mesmo quem se preocupou em alertar sobre o modo como as democracias podem morrer de um dia para o outro reconhece que a resiliência democrática existe: v. Steven Levitsky / Lucan Way, “Democracy’s Surprising resilience”, *Journal of Democracy*, vol. 34, 2 (2023), pp. 5-20.